

CONSTITUINTE

# Empresários e sindicalistas antevêm aceleração da Carta

## Nas galerias, um clima de apatia em relação ao resultado da votação

Líderes empresariais gaúchos mostraram-se ontem mais preocupados com a conclusão dos trabalhos da Constituinte do que com a aprovação da emenda presidencialista do senador Humberto Lucena (PMDB-PB), conforme apurou o repórter Flávio Porcelo. O presidente do Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul (Ciergs), Dagoberto Godoy, afirmou que, para os industriais de seu estado, o mais importante é que foi vencida esta etapa pela Constituinte, porque o País está parado na expectativa das definições da nova Constituição. E destacou que a presença de todos os constituintes em plenário, ontem, é "uma demonstração de maturidade da classe política brasileira".

O presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul), César Rogério Valente, disse que a manutenção do presidencialismo não resolve os problemas nacionais. "É preciso que o presidente e o governo governem de fato, para que o País saia da cri-

se econômica em que se encontra."

Na avaliação do presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Arthur João Donato, o resultado da votação do sistema de governo pela Constituinte, ontem, "atende aos anseios da maioria do empresariado, que é presidencialista". Ele destacou que o fato poderá trazer estabilidade política ao País, na medida em que o governo poderá se sentir mais fortalecido, levando assim a Nação a trabalhar pela sua recuperação econômica. Donato é favorável aos cinco anos de mandato para Sarney, considerando a necessidade de estabilização política. "Eleições este ano", destaca, "seriam elemento de conturbação".

Já o presidente da Associação dos Diretores de Empresas de Crédito, Investimentos e Financiamentos (ADECIF), Luiz Alberto Madeira Coimbra, é favorável a um mandato de quatro anos para Sarney. Do seu ponto de vista, o presidencialismo é o melhor sistema de governo em



Sérgio Barcellos

época de crise econômica, conforme disse ao repórter Coriolano Gatto. Coimbra observou, em relação ao período de mandato, que, mesmo a favor de quatro anos — reconhece que os cinco anos estão mais em sintonia com o momento político. "Há um risco de retrocesso político", justificou.

O presidente da Bolsa de Valores do Rio, Sérgio Barcellos, acha que o presidencialismo, numa primeira etapa, "afasta o fantasma de uma nova reviravolta na política econômica", se-

gundo apurou Ana Lúcia Magalhães.

Na área sindical, a vitória da emenda Lucena refletiu como um passo para a conclusão da nova Constituição e apontou para a preocupação dos sindicalistas com a extinção da Unidade de Referência de Preços (URP).

O presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, Antônio Rogério Magri, anunciou que está organizando a paralisação de alguns setores de sua categoria na capital do estado, para hoje, como um aviso para que o governo não decida sobre a extinção da URP "sem consultar os trabalhadores", segundo disse a repórter Adriana Vera e Silva.

O jurista Sobral Pinto considerou a vitória do presidencialismo como "a salvação do Brasil". Emocionado, o jurista disse ao repórter Nilo Sérgio ter tomado conhecimento do resultado da votação por amigos e destacou-a como "a primeira decisão relevante da Constituinte, que até então teve um comportamento vergonhoso".

por Thais Bastos  
 de Brasília

A votação do regime de governo não empolgou as galerias do Congresso. A apatia geral só foi interrompida por pequenos instantes quando o painel eletrônico do plenário da Câmara mostrou o resultado da votação, favorável ao presidencialismo, por 344 votos. Naquele momento, por volta das 18 horas, cerca de um terço dos presentes manifestou-se a favor dos quatro anos de mandato para o presidente da República, gritando "slogans" e mostrando quatro dedos para os constituintes que, embaixo, celebravam ou lastimavam o resultado.

De fora do Congresso, três grupos de manifestantes também não conseguiram compor um clima de euforia, ante a importância da decisão que se tomava dentro do plenário. Favelados do Rio de Janeiro, trazidos a Brasília pela Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC), ligada à Seplan e responsável, entre outros, pelos programas de distribuição de leite, portavam faixas a favor

do presidencialismo e cinco anos para Sarney. Uma outra trazia a marca do governo Sarney, "Tudo pelo social". Outras duas caravanas, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) da Bahia e de representantes do movimento estudantil goiano, gritavam pelos quatro anos e parlamentarismo.

Fafá de Belém, que retornava de uma turnê pela Europa, acompanhou toda a sessão com fisionomia séria.

Comentou a este jornal que tinha esperanças de ver aprovado o parlamentarismo, que, a seu ver, contribuiria para a mudança do quadro de descrédito da população na classe política brasileira.

Defensora dos quatro anos de mandato para o presidente da República, Fafá de Belém disse, no entanto, que dificilmente seria possível concretizar as eleições em novembro próximo. "A Constituinte se alongou demais e, nestas condições, o único candidato pronto a sair às ruas é Leonel Brizola, que não considero uma boa opção."